



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

PROCESSO: 254/2014

PROTOCOLO: 4922/2014

AUTOR: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (ORIGEM EXECUTIVO)

ASSUNTO: "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.684, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 25.000,00. "

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves

RECEBIDO EM:

22.12.2014

ÀS 16:55 Horas

Ass.:

COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

A Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores, composta pelos Senhores Vereadores abaixo firmados, após proceder à análise ao Processo nº 254/2014, que "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.684, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 25.000,00.", exara o seguinte parecer:

O presente projeto visa alterar Lei e consequentemente abrir crédito especial constante no art. 1º do projeto de lei, fazem-se necessárias para o repasse à Fundação Consepro do valor do crédito especial, para financiar a instalação da nova sala de operações, sistema de iluminação e monitoramento interno e portão eletrônico que irão auxiliar os órgãos de segurança pública presentes no Município a promover a ordem pública.

Os créditos suplementares e especiais necessitam de autorização legislativa através de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, devendo a abertura se dar através de decreto do Executivo, mediante prévia exposição justificativa e indicação da origem dos recursos correspondente.

A competência para expedir suplementação de dotação orçamentária é do chefe do Poder Executivo art. 42 da Lei Federal n.º 4.320/64, cabendo aos fundos e à Câmara efetuar a devida solicitação. Também, nesta linha reza a Constituição Federal:

"Art. 165.

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que rege:

“Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”

E Ainda rege:

“Art. 39. São de iniciativa privativa do prefeito as Leis que:

I- disponham sobre matéria financeira;

(...)

Igualmente, para finalizar, importante citar que a Lei Orgânica Municipal em seu Capítulo V, Dos Atos Municipais, também leciona:

Art. 92. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com a observância das seguintes normas:

d) abertura de créditos extraordinários e até o limite autorizado por lei, de créditos suplementares e especiais.”

Sem mais, esta Comissão entende que a propositura atende a Técnica Legislativa, portanto, não vislumbra nenhum impedimento para que a matéria possa prosperar, ser apreciada e deliberada pelo Soberano Plenário.

O parecer é **Favorável**.

Sala das Sessões, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze.

VEREADORA MARLEN L. PELICOLI
PRESIDENTE

VEREADOR MOÍSES SCUSSEL NETO
MEMBRO EFETIVO